



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

Aos 09 dias do mês de abril de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Parte I

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP), em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

#### Parte II

##### 1. Informações e outros assuntos

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários [COM(2014)40] objeto de Relatório das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor de Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de resistência das instituições de crédito da UE [COM(2014)43] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à operação global de controlos oficiais nos Estados-Membros sobre a segurança dos alimentos, a saúde e o bem-estar dos animais e a fitossanidade [COM(2013)681] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar  
Deputada Autora de Parecer: Lúdia Bulcão (PSD)

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO - 30.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE O CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE (2012) [COM(2013)726] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD)

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a avaliação das regulamentações nacionais em matéria de acesso a determinadas profissões [COM(2013)676] objeto de Relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho  
Deputado Autor de Parecer: Bruno Coimbra (PSD)

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Deputado Autor de Parecer: Catarina Martins (BE)

g) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO ÚLTIMO RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SCHENGEN DE SEGUNDA GERAÇÃO (SIS II) Janeiro 2013 - Maio 2013 [COM(2013)777] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Deputado Autor de Parecer: Paula Baptista (PCP)

h) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

DAS REGIÕES \_ Uma nova estratégia da UE para as florestas e o setor florestal [COM(2013)659] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa ao relatório conjunto da Comissão e do Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do TFTP [COM(2013)843] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório conjunto sobre a aplicação da Diretiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica («Diretiva relativa à igualdade racial») e da Diretiva 2000/78/CE, de 27 de novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional («Diretiva relativa à igualdade no emprego») [COM(2014)2] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

4. Apreciação e votação da Ata n.º 157/XII relativa à reunião de 1 de abril de 2014.

---



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

#### Parte I

#### **Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP), em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.**

Presidiram conjuntamente à reunião os Senhores Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP).

O Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), começou por cumprimentar o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, dando as boas-vindas, no que se lhe seguiu para o mesmo efeito, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP).

Em seguida, o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira tomou a palavra para proceder à exposição inicial sobre a matéria em apreciação - Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP).

Neste contexto, começou por lembrar que, para além de deter o cargo de Presidente da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, tinha sido o relator do projeto sobre a matéria relativa à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP).

Nesse sentido, relevou para a importância do enquadramento desta matéria, com início em 1945 e a vivência em contexto multilateral, no quadro das uniões aduaneiras, com destaque para o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), considerado como experiência pioneira das relações comerciais.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

No âmbito da União Europeia (UE) a matéria relativa a tratados bilaterais de comércio é recente. Como maior ator comercial do mundo, com cerca de 500 milhões de consumidores, a atuação da UE em bloco aporta maiores vantagens nas relações comerciais, porque lhe confere poder negocial, uma vez que, isoladamente, nenhum Estado-Membro poderia deter tal ativo nas negociações.

Três ordens de razões justificam as negociações com os Estados Unidos da América (EUA):

- A paralisia do sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- A crise que teve início nos EUA e que se fez sentir na Europa e ainda não debelada;
- O desafio das potências emergentes e o objetivo de eliminar as barreiras tarifárias.

Continuando, referiu que os estudos oficiais convergem para a ideia de que este acordo faz sentido em matéria comercial, porque a ele estão associados o crescimento do comércio de investimento, na ordem dos milhares de milhões de euros, e a criação de milhares de empregos.

Portugal encontra-se no quadro dos 10 maiores beneficiários deste acordo.

Tendo sido sugerida ao Governo português (Ministério dos Negócios Estrangeiros) a encomenda de um estudo que avaliasse o impacto na economia nacional, deste tratado, em matéria de crescimento e de emprego, foi ao mesmo dado seguimento, no período anterior ao verão passado.

Relativamente a Portugal referiu que:

- Alguns dos setores portugueses mais competitivos nos EUA são os que ainda estão sujeitos a tarifas elevadas (caso dos têxteis, calçado, produtos agrícolas gourmet e todos os produtos processados, uma vez que países da Europa do Sul tornaram-se-se muito competitivos, sobretudo nesta última categoria);



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

- Portugal tem vantagens em importar milho, soja e carne mais barata. O mercado de compras público americano é altamente restritivo e a Lei americana “By America” procede à exclusão de todos os competidores de empresas estrangeiras. Por exemplo, a Portucel não pode ganhar concursos devido a essa legislação. A vantagem de Portugal centra-se na abertura do seu mercado ao americano (ex. o bacalhau);

- Energia: só por si, a energia justifica o acordo. Em termos globais, o objetivo geoestratégico é a não dependência do gás da Rússia. Nesse sentido, os EUA não estão preparados para exportar gás liquefeito mas, na Europa a aposta neste domínio foi grande e há empresas que regaseificam. Portugal possui infraestruturas e pode vir a ser uma das frentes de importação de gás mais barato na UE;

- Uma das razões para que Portugal celebre este acordo está relacionada com o facto de se ter tornado mais periférico. Desde a queda do muro de Berlim, a deriva para leste “desatlantizou” a UE. O acordo pode contribuir para reverter e reequilibrar esta situação. Sobretudo, em relação aos Açores, que estão no centro do mercado transatlântico, passarão a ser o centro geográfico;

- Tornando-se decisivo para o crescimento e o emprego não pode subestimar-se a importância geoestratégica e geo-política deste mercado. Assim, cabe ao Governo português e à Assembleia da República terem em conta, conjuntamente a importância deste acordo;

- A importância indireta das vantagens deste acordo prende-se com o facto de, no quadro do Mercosul, no qual está integrado o Brasil, o relacionamento com a UE não ter alcançado resultados. Atualmente, face à existência deste acordo de parceria UE-EUA, a Presidente do Brasil, Dilma Roussef tem demonstrado disponibilidade para reatar negociações com a UE, tendo em conta que o Brasil prevê a possibilidade de ficar negativamente compactado e perder uma parte significativa do mercado europeu. Portugal, tendo relações comerciais com o



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

Brasil, o acordo com o Mercosul pode vir a revestir-se de grande importância, pelo que toma relevo o aprofundamento das relações geo-estratégicas e geo-políticas com este país.

Na primeira e única ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Zorrinho (PS) e Paulo Pisco (PS), António Rodrigues (PSD), José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Rui Barreto (CDS-PP), Sérgio Sousa Pinto (PS) e Maria de Belém Roseira (PS) e Carlos São Martinho (PSD).

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira respondeu, em conjunto, aos Senhores Deputados, tendo, designada e sumariamente, esclarecido o seguinte:

- Os tratados de âmbito comercial passaram a ser matéria do domínio da União Europeia – o Tratado de Lisboa consagra a regulamentação da política comercial – e o capítulo do desenvolvimento sustentável integra o mandato negocial da UE, expandindo o modelo social do seu mercado;
- Nesse sentido, o Parlamento português deve proceder ao escrutínio do Executivo, uma vez que tem assento no Conselho da UE;
- Os Parlamentos nacionais têm vindo a criar em cada um deles um grupo informal de acompanhamento, sugerindo que, no caso de Portugal, o grupo seja composto por membros das Comissões de Economia e Obras Públicas, Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e que, antecedendo as reuniões do Conselho em matéria de acordos comerciais, procedessem à realização de audições com membros do Governo;
- Um dos mais importantes objetivos a alcançar com o acordo prende-se com a harmonização das normas, devendo a solução situar-se no patamar do reconhecimento mútuo em matéria de níveis de proteção equivalentes (segurança alimentar, medicamentos e testes de certificação, questões regulatórias);
- O presente acordo não tem precedentes e em matéria regulatória vai ter impacto em países terceiros;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

- A UE submeteu este acordo a consulta pública.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e, juntamente com a demais documentação sobre o assunto, encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

#### Parte II

##### 1. Informações e outros assuntos

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de assuntos Europeus, Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), informou que a 1 de abril de 2014 deu entrada e foi enviada à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública a Proposta de Decisão de Execução do Conselho relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal. A referida Comissão, considerando que a iniciativa será apreciada na próxima formação sectorial do Conselho da União Europeia, que reunirá nos dias 14 e 15 de abril, agendou a aprovação do respetivo relatório para a reunião de dia 9 de abril. Considerando a urgência da opinião da Assembleia da República ser aprovada até ao final da semana em curso, o Senhor Vice-Presidente submeteu à consideração da Comissão duas possibilidades: (i.) a Comissão nomeava Relator e agendava a apreciação e votação de parecer para a próxima sexta-feira, imediatamente antes da sessão plenária ou (ii.) a Comissão, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, reunia na sexta-feira imediatamente antes da sessão plenária para adoção do Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para referir que, atendendo ao curto de espaço de tempo que mediava a presente reunião e a sexta-feira seguinte, considerava que não devia ser nomeado um Deputado Autor de



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

Parecer, porque não teria tempo para trabalhar convenientemente o tema. Assim, demonstrou a preferência do PSD pela segunda possibilidade.

O Senhor Deputado Carlos Zorrinho (PS) concordou com o sentido da intervenção do Senhor Deputado António Rodrigues (PSD).

A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) pediu a palavra para concordar com a segunda possibilidade proposta.

Não existindo mais intervenções, o Senhor Vice-Presidente da Comissão informou que seria agendada reunião extraordinária da Comissão para a sexta-feira seguinte, dia 11 de abril, às 9h30.

O Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) solicitou a palavra para referir que no dia 11 de abril estava agendada Conferência organizada pela Comissão Europeia e intitulada: "Portugal: Rumo ao crescimento e emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa", na Fundação Gulbenkian, em Lisboa. Atendendo ao tema da conferência demonstrou o seu desagrado pelos Deputados da Assembleia da República, com exceção de dois Presidentes de Comissões, não terem sido convidados, quando o foram Presidentes de Câmaras e outras figuras. Considerando lamentável este comportamento, sugeriu que a Comissão demonstrasse junto do Senhor Presidente da Comissão Europeia e da Representação da Comissão Europeia em Portugal que era lamentável não envolver os Deputados da Assembleia da República e, em especial, da Comissão de Assuntos Europeus no debate destas matérias.

O Senhor Deputado Carlos Zorrinho (PS) solicitou a palavra para demonstrar o acordo do PS com as palavras do Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) e o apoio à sugestão de dirigir carta ao Senhor Presidente da Comissão Europeia e da Representação da Comissão Europeia em Portugal nos termos propostos.



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão registou o acordo da Comissão relativamente ao sugerido, pelo que informou que ainda nesse dia seria enviado ofício nos termos propostos.

Antes de passar para o ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Vice-Presidente informou que a reunião ordinária da Comissão seria agendada para o dia 16 de abril, às 10h.

#### **2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

**a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários [COM(2014)40] objeto de Relatório das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas**

**Deputado Autor de Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

**b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de resistência das instituições de crédito da UE [COM(2014)43] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública**

**Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD)**

O Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou sumariamente o Parecer, aludindo aos pareceres da Associação Portuguesa de Bancos e do Banco de Portugal sobre esta proposta de regulamento.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

Em seguida, usaram da palavra a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP para referir que, do ponto de vista técnico nada tinha a objetar, mas politicamente a iniciativa suscita dúvidas. Estas não se prendem quanto ao objetivo de fortalecimento da supervisão – com o qual se concordaria, mas sim quanto à opção por uma supervisão centralizada, ao invés de uma coordenação das supervisões efetuadas a nível nacional. Neste termos, informou que o PCP iria abster-se.

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) concordou com os termos do parecer e informou que o PS votaria favoravelmente.

Submetido a votação foi o Parecer aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

**c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à operação global de controlos oficiais nos Estados-Membros sobre a segurança dos alimentos, a saúde e o bem-estar dos animais e a fitossanidade [COM(2013)681] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar**

**Deputada Autora de Parecer: Lúcia Bulcão (PSD)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

**d) RELATÓRIO DA COMISSÃO - 30.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE O CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE (2012) [COM(2013)726] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

**Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD)**

O Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou o seu Parecer.

O Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) pediu a palavra para comentar a transposição de diretivas referida no Relatório da Comissão. Informou que a Comissão Europeia se encontrava a analisar os encargos adicionais que os atos de



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL**

transposição implicavam, mas que não tinha conhecimento se essa análise seria concluída antes das eleições ou posteriormente. No entanto, sugeriu que esta Comissão pudesse acompanhar esta matéria.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão concordou com a relevância do tema e considerou que seria interessante a realização de um seminário ou colóquio sobre o aumento de encargos originados nos atos de transposição.

Não se registando mais intervenções, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

**e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a avaliação das regulamentações nacionais em matéria de acesso a determinadas profissões [COM(2013)676] objeto de Relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho**

**Deputado Autor de Parecer: Bruno Coimbra (PSD)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

**f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

**Deputado Autor de Parecer: Catarina Martins (BE)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

**g) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO ÚLTIMO RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SCHENGEN DE**



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL**

**SEGUNDA GERAÇÃO (SIS II) Janeiro 2013 - Maio 2013 [COM(2013)777]  
objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,  
Liberdades e Garantias**

**Deputado Autor de Parecer: Paula Baptista (PCP)**

A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) apresentou o seu Parecer, o qual foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

**h) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES \_ Uma nova estratégia da UE para as florestas e o setor florestal [COM(2013)659] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar**

**Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

**3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

**a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa ao relatório conjunto da Comissão e do Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Deteção do Financiamento do Terrorismo (TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do TFTP [COM(2013)843] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

O Grupo Parlamentar do PS informou que indicaria posteriormente.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

**b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório conjunto sobre a aplicação da Diretiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica («Diretiva relativa à igualdade racial») e da Diretiva 2000/78/CE, de 27 de novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional («Diretiva relativa à igualdade no emprego») [COM(2014)2] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha.

#### **4. Apreciação e votação da Ata n.º 157/XII relativa à reunião de 1 de abril de 2014.**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão submeteu a votação a Ata n.º 157/XII relativa à reunião de 1 de abril de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de abril de 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PAULO MOTA PINTO)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 158/XII/ 3.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
António Cardoso  
António Rodrigues  
Carlos São Martinho  
Carlos Zorrinho  
Duarte Marques  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
Jacinto Serrão  
João Lobo  
José Ribeiro e Castro  
Paula Baptista  
Pedro Silva Pereira  
Rui Barreto  
Sérgio Azevedo  
Bruno Coimbra  
Cláudia Monteiro de Aguiar

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins  
Paulo Mota Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Costa Neves  
Nuno Filipe Matias  
Vitalino Canas